

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 26**

A inspiração para a Lei n.º 6.404/1976, que representou uma transição no sistema contábil brasileiro e alinhou o país a um novo cenário que começou a se desenhar na década de 1950, foi

- A alemã.
- B italiana.
- C francesa.
- D norte-americana.
- E portuguesa.

Questão 27

Na aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, no qual será reconhecida a despesa orçamentária, o lançamento orçamentário

- D 6.2.2.1.1.xx.xx crédito disponível
- C 6.2.2.1.3.01.xx crédito empenhado a liquidar

é realizado no momento

- A do reconhecimento da variação patrimonial diminutiva.
- B do empenho.
- C da incorporação ao estoque.
- D da liquidação.
- E do pagamento.

Questão 28

O montante de créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, é evidenciado no balanço patrimonial no grupo

- A ativo financeiro.
- B passivo financeiro.
- C compensação.
- D ativo permanente.
- E passivo permanente.

Questão 29

O detalhamento das movimentações que afetam o grupo de participação residual nos ativos da entidade é apresentado

- A nas notas explicativas.
- B na demonstração de mutações do patrimônio líquido.
- C na demonstração de outros resultados abrangentes.
- D na demonstração do resultado do exercício.
- E no balanço patrimonial.

Questão 30

Relativamente à elaboração de demonstrações contábeis segundo a normatização aplicável, julgue os itens seguintes.

- I Registram-se em investimentos as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da entidade contábil.
- II Para fins de apuração do resultado do exercício, computam-se as receitas e os rendimentos auferidos no período, ainda que não realizados em moeda, e os custos, as despesas, os encargos e as perdas incorridos para a realização dessas receitas e desses rendimentos.
- III As modificações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, são evidenciadas na demonstração dos fluxos de caixa, admitida a segregação em até 3 (três) fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 31

Surge a obrigatoriedade de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade contábil

- A tiver mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas.
- B detiver a maioria absoluta do capital votante de outra sociedade.
- C possuir influência significativa sobre outra sociedade.
- D for acionista majoritária.
- E detiver o controle de outra sociedade.

Questão 32

Os seguintes indicadores, relativos ao ano X e ao ano Y, estão apresentados no relatório de análise econômico-financeira de determinada entidade.

indicador	ano X	ano Y
LI	0,055	0,058
LC	2,138	1,464
LS	0,895	0,549
LG	1,138	0,789
CCL	4.210,00	2.740,00

Sabendo-se que o ano X é o mais antigo e Y, o mais recente, julgue os itens que se seguem.

- I No período, o capital de giro disponível é negativo, o que se comprova pelo baixo índice de liquidez imediata.
- II No período a liquidez de longo prazo, houve a pior evolução, o que indica o crescimento das imobilizações acima das fontes de longo prazo.
- III A melhor evolução do período foi na liquidez seca, o que indica perda de representatividade dos estoques entre as aplicações circulantes.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 33

O elo entre os planejamentos de médio e curto prazo dos entes públicos se dá por meio

- A do balanço orçamentário.
- B do plano plurianual.
- C da lei orçamentária anual.
- D da lei de diretrizes orçamentárias.
- E do balanço patrimonial.

Questão 34

Julgue os itens a seguir, relativos a receitas e despesas públicas.

- I Em sentido estrito, são receitas públicas somente as que estiverem inscritas no orçamento público.
- II Constitui dívida ativa o crédito tributário regularmente inscrito no órgão competente após findo o prazo de pagamento fixado legalmente ou determinado em processo regular concluído.
- III Na fase de arrecadação, entrega-se ao poder público a receita que lhe é devida.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 35

De acordo com a Lei n.º 9.249/1995, a utilização da correção monetária de balanços (CMB), para reconhecer os efeitos inflacionários,

- Ⓐ é mandatória no processo de elaboração das demonstrações contábeis, independentemente do setor da empresa.
- Ⓑ é mandatória no processo de elaboração das demonstrações contábeis somente para as instituições financeiras.
- Ⓒ é vedada no processo de elaboração das demonstrações contábeis, independentemente do setor da empresa.
- Ⓓ é permitida e encorajada no processo de elaboração das demonstrações contábeis, independentemente do setor da empresa.
- Ⓔ é permitida e encorajada no processo de elaboração das demonstrações contábeis somente das instituições financeiras.

Questão 36

Conforme a Lei n.º 6.404/1976, também conhecida como Lei das S/A, as ações de outras companhias, que não são mantidas para venda, devem ser classificadas no grupo do balanço patrimonial denominado

- Ⓐ despesas antecipadas (ativo circulante).
- Ⓑ investimentos (ativo não circulante).
- Ⓒ intangível (ativo não circulante).
- Ⓓ reservas de capital (patrimônio líquido).
- Ⓔ imobilizado (ativo não circulante).

Questão 37

A Lei n.º 6.404/1976, também conhecida como Lei das S/A, determina que, entre as destinações do lucro de sociedades anônimas de capital aberto, 5% do lucro líquido deve ser destinado à constituição de reserva legal.

A reserva legal, de acordo com a Lei das S/A, trata-se de uma reserva que somente pode ser usada para

- Ⓐ adquirir estoque ou ativo imobilizado.
- Ⓑ compensar prejuízo ou aumentar o capital.
- Ⓒ pagar empréstimos ou gastos associados à folha de pagamento.
- Ⓓ pagar impostos, taxas e contribuições.
- Ⓔ aplicação financeira em mercado acionário nacional.

Espaço livre

Questão 38

O Decreto n.º 9.580/2018 regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. O Título XII desse decreto traz as alíquotas do lucro real, do lucro presumido e do lucro arbitrado.

Assinale a opção que, de acordo com o Título XII do Decreto n.º 9.580/2018, apresenta corretamente a alíquota do imposto de renda de pessoa jurídica enquadrada nos regimes do lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado.

- Ⓐ 10% (dez por cento) apurado sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, apurado de conformidade com o Decreto n.º 9.580/2018, acrescido de mais 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do período de apuração
- Ⓑ 10% (dez por cento) apurado sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, apurado de conformidade com o Decreto n.º 9.580/2018, acrescido de mais 15% (quinze por cento) sobre o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do período de apuração
- Ⓒ 15% (quinze por cento) apurado sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, apurado de conformidade com o Decreto n.º 9.580/2018, acrescido de mais 10% (dez por cento) sobre o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do período de apuração
- Ⓓ 15% (quinze por cento) apurado sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, apurado de conformidade com o Decreto n.º 9.580/2018, acrescido de mais 15% (quinze por cento) sobre o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do período de apuração
- Ⓔ 20% (vinte por cento) apurado sobre o lucro real, presumido ou arbitrado, apurado de conformidade com o Decreto 9.580/2018, acrescido de mais 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do período de apuração

Questão 39

Uma empresa com fins lucrativos possui dez empregados cujas remunerações, após os descontos permitidos por lei, ultrapassam a faixa de renda de isenção do imposto de renda, havendo, desse modo, imposto de renda retido na fonte (IRRF).

Nessa situação hipotética, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do IRRF sobre a folha de pagamento é

- Ⓐ da Receita Federal do Brasil.
- Ⓑ da Secretaria da Fazenda.
- Ⓒ da Controladoria-Geral da União.
- Ⓓ da empresa (fonte pagadora) para a qual os funcionários trabalham.
- Ⓔ dos próprios funcionários (beneficiários da renda).

Questão 40

De acordo com a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996), a institucionalização do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) é de competência

- Ⓐ da União.
- Ⓑ dos Estados e do Distrito Federal (DF).
- Ⓒ dos Municípios.
- Ⓓ dos contribuintes sujeitos à incidência do ICMS.
- Ⓔ das empresas sujeitas à incidência do ICMS.

Questão 41

A Lei n.º 7.689/1988 institui a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das pessoas jurídicas e dá outras providências.

A CSLL é de competência da União e visa financiar

- A** o exército nacional.
- B** a educação básica.
- C** a seguridade social.
- D** o setor imobiliário.
- E** o sistema financeiro nacional.

Questão 42

De acordo com a Lei Complementar n.º 8/1970, que instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), a periodicidade do recolhimento do PASEP pelos seus contribuintes é

- A** anual.
- B** semestral.
- C** trimestral.
- D** bimestral.
- E** mensal.

Questão 43

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é uma das fontes de receita do governo federal para custear, por exemplo, programas associados à previdência social.

Em relação a sua base de cálculo, a COFINS incide sobre

- A** a receita bruta, ajustada pelas exclusões permitidas por lei.
- B** a receita líquida, sem quaisquer ajustes.
- C** o lucro bruto, ajustado pelas despesas dedutíveis permitidas por lei.
- D** o lucro bruto, sem quaisquer ajustes.
- E** o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Questão 44

A Cia. ABC adquiriu, à vista, 1.000 unidades de mercadorias para revenda. As informações relacionadas à transação estão elencadas a seguir:

- Preço unitário da mercadoria: R\$ 100,00
- ICMS: R\$ 18,00 (o valor está embutido no preço unitário da mercadoria)
- Frete pago pela Cia. ABC para receber, em suas dependências, as mercadorias adquiridas: R\$ 100,00
- Seguro de transporte das mercadorias, pago pelo próprio fornecedor das mercadorias: R\$ 10,00

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção que apresenta o valor que deverá ser registrado na conta de estoques da Cia. ABC, em decorrência da aquisição das referidas mercadorias.

- A** R\$ 82.000,00
- B** R\$ 82.100,00
- C** R\$ 100.100,00
- D** R\$ 100.110,00
- E** R\$ 118.110,00

Questão 45

Uma empresa industrial mantém a seguinte estrutura de custo, destinada à fabricação de seu único produto:

- Unidades produzidas durante o ano: 5.000
- Materiais diretos: R\$ 3,00 por unidade
- Mão de obra direta: R\$ 5,00 por unidade
- Custo indireto variável de fabricação: R\$ 2,00 por unidade
- Despesas variáveis: R\$ 3,00 por unidade
- Custos indiretos fixos anuais: R\$ 40.000,00
- Despesas fixas anuais: R\$ 10.000,00

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que o valor do custo unitário do produto, tendo por base o método do custeio variável, será igual a

- A** R\$ 8,00.
- B** R\$ 10,00.
- C** R\$ 13,00.
- D** R\$ 21,00.
- E** R\$ 23,00.

Questão 46

Julgue os itens a seguir, referentes ao sistema de acumulação de custos por ordem de produção.

- I Faz-se necessário o emprego de taxas predeterminadas para se proceder ao cálculo dos custos indiretos a serem aplicados às ordens de produção.
- II A utilização do sistema é recomendada nos casos em que os produtos são fabricados mediante encomenda.
- III O sistema é indicado no caso de fabricação de produtos diferenciados, destinados ao atendimento de demandas específicas dos clientes.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 47

Uma empresa incorre nos seguintes gastos no processo de fabricação do seu único produto:

- Matéria-prima: R\$ 15,00 por unidade
- Embalagens: R\$ 2,00 por unidade
- Componentes: R\$ 3,00 por unidade
- Mão de obra direta: R\$ 10,00 por unidade
- Custos fixos anuais: R\$ 140.000,00

Com base nos dados apresentados na situação hipotética precedente, e considerando que o preço unitário de venda do referido produto seja R\$ 100,00, o ponto de equilíbrio do produto, expresso em quantidade, será

- A** 1.750 unidades.
- B** 2.000 unidades.
- C** 2.500 unidades.
- D** 3.000 unidades.
- E** 3.750 unidades.

Questão 48

Assinale a opção que apresenta expressão matemática que representa o fator do valor presente no regime de juros compostos, em que “i” é a taxa de juros e “n” é o período de tempo.

- A** $(1 + i)^n$
- B** $(1 + i \times n)$
- C** $1/(1 + i)^n$
- D** $1/(1 + i \times n)$
- E** $1/(1 + i^n)$

Questão 49

O cálculo do montante que um investidor terá ao final do período de um ano, se aplicar R\$ 10.000,00, a juros nominais de 10% ao ano, compostos trimestralmente, é expresso por

- A R\$ 10.000,00 $\times (0,1 \div 4)^4$.
- B R\$ 10.000,00 $\times (1 + 0,1 \div 3)^3 - 1$.
- C R\$ 10.000,00 $\times (0,1 \div 3)^3$.
- D R\$ 10.000,00 $\times (1 + 0,1 \div 4)^4 - 1$.
- E R\$ 10.000,00 $\times (1 + 0,1 \div 4) \times 4 - 1$.

Questão 50

O valor da amortização do principal de um financiamento imobiliário contratado com base no sistema Price é resultado da

- A diferença entre o valor da prestação e o valor dos juros do período.
- B divisão do valor do principal pelo prazo da operação.
- C diferença entre o valor do principal atualizado ao final do financiamento e o valor dos juros compensatórios pagos durante o período de carência.
- D divisão do saldo devedor remanescente do financiamento pelo número de prestações a vencer.
- E média aritmética das amortizações calculadas com base nos Sistema de Amortização Francês e no Sistema de Amortização Constante (SAC).

Questão 51

ano	Projeto A	Projeto B	Projeto C
1	R\$ 10.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00
2	R\$ 25.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 16.000,00
3	R\$ 30.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00
4	R\$ 15.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

A Cia. Alpha está disposta a aplicar R\$ 50.000,00 em um projeto de investimento de capital, podendo escolher entre três projetos mutuamente excludentes e que apresentam o mesmo risco — o Projeto A, o Projeto B e o Projeto C. As entradas líquidas de caixa previstas para cada um desses projetos estão apresentadas na tabela precedente.

Considerando essa situação hipotética, e sabendo que a Cia. Alpha não aceita projetos cujo período de *payback* seja superior a três anos, é correto afirmar que uma análise embasada na referida técnica de orçamento de capital revelará que

- A nenhum dos projetos atende ao padrão estabelecido pela Cia. Alpha.
- B apenas o Projeto A atende ao padrão estabelecido pela Cia. Alpha.
- C apenas o Projeto C atende ao padrão estabelecido pela Cia. Alpha.
- D apenas o Projeto A e o Projeto B atendem ao padrão estabelecido pela Cia. Alpha.
- E todos os projetos atendem ao padrão estabelecido pela Cia. Alpha.

Questão 52

Julgue os seguintes itens, acerca da Taxa Interna de Retorno (TIR).

- I A TIR consiste numa taxa que iguala a zero o valor presente líquido (VPL) de uma alternativa de investimento.
- II O uso da TIR pressupõe que quaisquer entradas de caixa intermediárias decorrentes de um investimento sejam reinvestidas ao custo de capital da empresa.
- III A TIR pode gerar classificações de projetos conflitantes com as classificações de projetos baseadas no VPL.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 53

Com relação aos atos circunscritos à organização e ao exercício das atividades do Estado em prol dos interesses públicos, assinale a opção correta.

- A Age conforme os ditames da legislação o pregoeiro que, ao final do certame, confirmar como atendidas todas as exigências fixadas no edital e declarar como vencedora a melhor oferta (primeiro lugar quanto ao objeto e ao valor), ainda que haja contestação, *incontinenti*, de licitante que exija a desclassificação da referida proposta, quando conhecido por todos os presentes que o seu invólucro, após procedida a abertura, continha somente parte dos documentos de habilitação exigidos no edital, constando do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) os demais documentos exigidos.
- B A administração pode rever ato ilegal mesmo sem ter apreciado o recurso, exceto se não couber mais a via administrativa devido à perda de prazo por não realização do ato processual oportunamente (preclusão), pois, nesse caso, a reforma do ato está assentada na preservação da garantia do direito do administrado (segurança jurídica) e no atendimento basilar do tripé objetividade, tramitação e eficiência, também conhecido como impulso da movimentação do processo.
- C Consoante a Lei n.º 14.133/2021, contratações necessárias à condução e à governança das reservas internacionais do país serão disciplinadas em atos normativos do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, caso se trate de ato normativo próprio a disciplinar a gestão das reservas cambiais.
- D Na forma da legislação vigente, é considerado ato de improbidade administrativa aquele que lesa o erário, independentemente da forma tipificada, sendo necessária a comprovação do efetivo dano moral ou material (perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da entidade).
- E As compras por encomenda não se submetem aos ditames da Lei n.º 14.133/2021, por estarem sujeitas a normas previstas em legislação própria.

Questão 54

Considerando a abrangência e o alcance da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF) e os controles inerentes ao ambiente da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O total da receita corrente líquida dos municípios é a diferença entre as receitas públicas recolhidas e as parcelas entregues aos estados por previsão constitucional.
- B** A aquiescência do chefe do Poder Executivo federal é requisito para que o Congresso Nacional apure denúncia anônima que comunique irregularidades na gestão de renúncias de receitas.
- C** Sistematizar níveis de operações garante controle satisfatório das transações autorizadas ou aprovadas pelos escalões com alçada formalizada para deferir repasse de recursos e ordenar a execução de projetos.
- D** O ente público garante a predominância de seu interesse na arrecadação fiscal ao assegurar que todos os tributos criados, convergentes com as exigências das legislações tributárias, ratifiquem o equilíbrio das contas públicas.
- E** O demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos contempla, entre outras, as metas de inflação para o exercício subsequente, necessárias ao cumprimento das metas fiscais.

Questão 55

Tendo em vista que os atos praticados na gestão da coisa pública estão sujeitos a diversos controles e, em especial, aos disciplinamentos prolatados pelos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A** O controle é um direito fundamental manifesto na Constituição Federal de 1988 (CF), que assegura ao cidadão exercê-lo sobre a administração pública para reivindicar seus direitos e suas garantias, por exemplo, ao registrar uma denúncia, exarar uma petição em seu proveito ou na propositura de ação popular para anular algum ato administrativo lesivo ao bem comum.
- B** A jurisdição, atividade de Estado, é função da soberania dos Estados-membros, que, no caso do Brasil, alcança as atuais 27 unidades federativas.
- C** A Câmara dos Deputados poderá, isoladamente, proceder à tomada de contas do presidente da República (balanços gerais da União e relatório preparado pela Controladoria-Geral da União — CGU), na hipótese prevista constitucionalmente.
- D** Anuindo-se que a jurisdição se equipara a um poder, em um Estado democrático de direito, a ação que resulta em manifestação do poder arbitrário remete à condução processual e deve estar amparada por parecer que se materialize convergente com o princípio da motivação.
- E** O Tribunal de Contas da União (TCU), caso entenda que seus regimentos estão sendo descumpridos, poderá, mediante seus ministros, julgar recursos contra decisões proferidas por tribunais de contas estaduais e tribunais de contas municipais.

Questão 56

Conforme as disposições da LRF e da Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- I** Os encargos financeiros decorrentes de crédito concedido por ente da Federação a pessoa física que não esteja sob seu controle direto ou indireto devem ter como parâmetro (limite mínimo) o custo incorrido pela concedente no momento que captou os recursos.
- II** O ente pode colocar sob sigilo o montante estimado para suportar o certame licitatório aberto e até mesmo estender tal confidencialidade aos órgãos de controle, sem prejuízo, por discricionariedade, de divulgar os quantitativos que serão pactuados.
- III** O pregão segue o rito processual comum, com o objeto definido no edital, e poderá ser utilizado, entre outros fins, para contratar especialistas executores de obras e de serviços de engenharia, ressalvados os serviços que exijam da pessoa notória erudição.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 57

Assinale a opção correta a respeito do controle pelos tribunais de contas e do controle administrativo.

- A** Ato que tenha sido apreciado conclusivamente por um órgão poderá ser revisto e ter sua invalidação ou revogação reclamadas por outro órgão.
- B** No caso de ação civil pública, somente o Ministério Público figura como sujeito ativo, porquanto o sujeito passivo é qualquer pessoa causadora de danos.
- C** O recurso terá efeito suspensivo e será conhecido no ato da sua interposição ao órgão competente.
- D** O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é competente para desconstituir ato administrativo praticado por membros dos Ministérios Públicos dos estados.
- E** A CF assegura gratuidade ao direito de peticionar, contudo exige do querelante depósito de numerário prévio (caução) para admissibilidade de seu recurso administrativo.

Questão 58

No que se refere aos atos de enfrentamento aos princípios básicos da administração pública, aos controles da administração pública e à reparação intentada por terceiros para reconhecimento de direito ou correção de ato prejudicial ao seu interesse ou bem comum, assinale a opção correta.

- A** O ato de improbidade administrativa é crime tipificado em lei e as sanções legalmente previstas têm natureza penal.
- B** Devido à imunidade parlamentar, a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos agentes detentores de cargos eletivos, porque sanção com a perda de mandato é dosimetria penal de competência exclusiva do Poder Judiciário.
- C** Constitui ato de improbidade administrativa a perda patrimonial efetiva causada por agente público.
- D** Por força da imutabilidade plena, é vedado modificar decisão administrativa exarada por tribunal de contas relativa a coisa julgada material da qual não cabe mais recurso.
- E** Nos processos dos tribunais de contas, o interessado em recorrer é sempre o prejudicado por alguma deliberação da corte e(ou) o que poderá vir a sê-lo.

Questão 59

Assinale a opção correta no que diz respeito à revisão de atos administrativos e aos controles vigentes no âmbito da administração pública.

- Ⓐ É permitido ao Poder Legislativo invocar o poder de autotutela para anular ato exarado por entes da Federação.
- Ⓑ É necessária autorização do Senado Federal para que estado integre o rol dos tomadores de recursos externos.
- Ⓒ O administrado pode usar de rito processual comum para interpor recurso de ofício contra decisão proferida pela própria autoridade, hipótese em que a análise do recurso caberá à autoridade hierarquicamente superior à que editou a decisão recorrida.
- Ⓓ Entre as leis instituidoras das peças que sustentam a elaboração do orçamento da União, apenas duas são de iniciativa do Poder Executivo, e uma delas deve ser encaminhada ao Congresso Nacional pelo próprio presidente da República, até 31 de agosto de cada ano.
- Ⓔ Zelando pela segurança jurídica, a doutrina consigna que não cabe informalismo no processo administrativo, por isso só se admitem atos processuais por escrito.

Questão 60

Considerando o conceito, os tipos e as formas de controle da administração pública e o controle pelos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O controle de legitimidade diz respeito, objetivamente, à recepção incondicionada do ordenamento jurídico que suportará o ato da administração.
- Ⓑ A CF concede ao TCU competência para instaurar tomadas de contas especial sempre que julgar necessário e a situação o exigir.
- Ⓒ Quando da fixação da despesa e da estimação da receita, o Poder Legislativo exerce controle financeiro sobre si e sobre os outros Poderes.
- Ⓓ O julgamento das contas anuais do presidente da República pelo Poder Legislativo sem a prévia e formal manifestação da corte de contas não será nulo se o ato for exarado após expirado o prazo para emissão do respectivo parecer.
- Ⓔ O Congresso Nacional é competente para retirar do mundo jurídico ato do Poder Executivo que exorbite o poder de regulamentar.

Espaço livre